

## ■ Ubuntu, o comum e as ações afirmativas

.....Alexandre do Nascimento

### **Aprendizado de uma visita imaginária<sup>14</sup>**

*Quando estive na África do Sul visitei uma comunidade de etnia Zulu. Lá conheci pessoas, assisti a uma apresentação de danças e pude presenciar alguns costumes, o principal deles era o de fazer as coisas coletivas sempre da forma mais simples e em grupo, nunca uma pessoa só, como quando, no almoço, usei as mãos para levar os alimentos à boca, sentado no chão junto a outras pessoas em volta de um belo tecido colorido onde foram postas as comidas. Tudo muito alegre, solidário, suave e lindo. Já quase na hora de voltar para o hotel onde eu estava hospedado, como havia naquela comunidade muitas crianças e elas gostavam de futebol, propus a elas uma brincadeira para eu me despedir, uma corrida em que a criança que chegasse primeiro ganharia uma bola como prêmio. Elas imediatamente toparam. Então organizei as linhas de partida e a chegada. Todas as crianças se posicionaram na linha de partida e o combinado era que quando eu desse o sinal elas começariam a correr e direção à linha de chegada. Com tudo pronto, dei a partida e as crianças iniciaram a corrida. Curiosamente para mim, elas correram juntas e chegaram juntas na linha de chegada. Como achei aquilo diferente, eu lhes perguntei por que fizeram isso, ou seja, por que saíram, correram e chegaram juntas. Uma delas me respondeu: É Ubuntu, senhor, somos cada uma e cada um de nós porque nos fazemos e fazemos tudo juntos. O senhor não percebeu que tudo que fizemos hoje, fizemos juntos? Meus olhos transbordaram de emoção. Nunca uma experiência me afetou tão fortemente. Ubuntu, ternura e constituição comum do comum. Pretinhosidade.*

Ubuntu, palavra existente nos idiomas sul-africanos zulu e xhosa que significa “humanidade para todos”, é a denominação uma espécie de “Filosofia do Nós”<sup>15</sup>, de uma ética coletiva cujo sentido é a conexão de pessoas com a vida, a

---

14 Texto de minha autoria, extraído de “Sentimentanamalidades: Poéticas do Comum e das Pretinhosidades”. Disponível em: <http://www.alexandrenascimento.net/sentimentanimalidades>

15 A filosofia baseada na categoria do “nós”, concepção de si mesmo como membro integrante de um todo social, para se referir às tradições africanas, foi desenvolvida pelo filósofo Tshiamalenga Ntumba.

natureza, o divino e as outras pessoas de forma comunitária. A preocupação com o outro, a solidariedade, a partilha e a vida em comunidade são princípios fundamentais da ética Ubuntu. Segundo Desmond Tutu, Prêmio Nobel da Paz e arcebispo sul-africano, “Ubuntu é a essência de ser uma pessoa”, “significa que somos pessoas através de outras pessoas”, “que não podemos ser plenamente humanos sozinhos”, “que somos feitos para a interdependência”. Praticar Ubuntu é “estar aberto e disponível aos outros” e “ter consciência de que faz parte de algo maior e que é tão diminuída quanto seus semelhantes que são diminuídos ou humilhados, torturados ou oprimidos” (idem). A pessoa ou instituição que pratica Ubuntu reconhece que existe por que outras pessoas existem. Reconhece, portanto, que existem formas singulares de expressão de humanidade, e que as singularidades, como tais, têm igual valor.

Antonio Negri<sup>16</sup> denomina como Comum a forma democrática que pode assumir a multidão, que é, segundo ele, a denominação de uma multiplicidade de singularidades. Ubuntu é o Comum, uma relação social de interdependência, que tem a igualdade como princípio material. No conceito de Comum, como na filosofia Ubuntu, a igualdade é condição. Portanto, não há constituição do Comum sem aberturas às singularidades, reconhecimento material de sua importância e potencialização de suas capacidades criativas. Uma política de constituição do Comum é a afirmação da ética Ubuntu, através da afirmação da igualdade contra o privilégio, da multiplicidade contra a uniformidade, do respeito contra o preconceito, da inclusão contra a exclusão e da criação de meios que assegurem para os muitos de uma coletividade a “humanidade” e, objetivamente, acesso aos direitos definidos como “humanos”.

No Brasil, onde preconceitos, discriminações e desigualdades raciais ainda são questões e desafios que enfrentamos cotidianamente, a ética e a forma Ubuntu pode muito contribuir, principalmente no debate sobre políticas de promoção de igualdade racial e o seu significado para essa sociedade. Em 1995, em resposta à Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, que aconteceu em 20 de novembro, o Estado Brasileiro, chefiado pelo então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, foi levado a admitir que as relações raciais no Brasil são historicamente desfavoráveis à população negra por causa do racismo e, em consequência disso, foi também levado a assumir

---

16 Conferência Inaugural do II Seminário Internacional Capitalismo Cognitivo – Economia do Conhecimento e a Constituição do Comum. 24 e 25 de outubro de 2005, Rio de Janeiro. Organizado pela Rede Universidade Nômade e pela Rede de Informações para o Terceiro Setor (RITS).

compromissos com a promoção da igualdade racial. Um Grupo de Trabalho foi constituído, seminários foram realizados, diagnósticos, análises e planos foram elaborados, mas apenas a partir de setembro de 2001, foram tomadas as primeiras medidas, muito tímidas, como o Programa Diversidade na Universidade, do Ministério da Educação, que aprofundou uma experiência da Secretaria Nacional de Direitos Humanos. O programa consistia em financiar cursos pré-vestibulares para negros, com o discurso de que seria uma forma de inclui-los no ensino superior, como se a ausência de negros nas universidades fosse apenas uma questão de preparo ou de qualidade do ensino médio público e não também de procedimentos excludentes das instituições de ensino superior, como era o vestibular.

As políticas de ação afirmativa para promoção da igualdade racial começaram, de fato, a se materializar no governo posterior. Foi o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quem deu mais abertura às propostas da militância negra. É fato, contudo, que tal abertura foi, também, fruto de lutas que levaram o Estado Brasileiro, face aos debates e pressões políticas antes, durante e após a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância, e os candidatos à presidência da república no processo eleitoral de 2002, entre eles Lula, a assumirem compromissos mais ousados.

De fato, a experiência histórica da população negra no Brasil é, por um lado, a de ser vítima de uma cultura racializada que estabeleceu uma hierarquia em que africanos, afrodescendentes, suas características físicas (cor da pele e cabelo, por exemplo) e determinadas práticas culturais (religião, música, estéticas e outros devires de matrizes africanas) são considerados feias, inferiores, demoníacas e até mesmo dispensáveis. É o que denota, entre vários exemplos que podemos citar, a frase: “povo de alma portuguesa, sangue índio e herança africana” (grifo meu – alma é essência, já herança é algo que pode ser negado), utilizada na chamada do programa Globo Repórter que foi ao ar em 20/11/1995. É o que denota, também, o editorial do jornal Folha de São Paulo, de 05/06/2012, um dia após a entrega da Carta-Manifesto aos Presidentes da Câmara de Deputados e do Senado, organizada por ativistas favoráveis à aprovação do Projeto de Lei que estabelece cotas para negros nas instituições federais de ensino superior, técnico e tecnológico: “a Lei de Cotas, ao tornar obrigatória a reserva de vagas para negros e indígenas nas instituições federais de ensino superior, ameaça a educação universitária”(grifo meu); e, da mesma forma, o editorial do jornal O Estado de São Paulo, de 07/09/2013, ao posicionar-se contra a proposta de cotas na pós-graduação, em alusão a medida tomada pelo curso de antropologia social do Museu

Nacional, da UFRJ, que estabeleceu reserva de duas vagas para indígenas e 20% das vagas para negros, colocou que:

*se a ênfase no mérito for abrandada ou relativizada em nome da 'justiça social', a pós-graduação perderá eficiência. Os mecanismos de avaliação dos mestrados e doutorados implantados nos últimos 16 anos perderão sentido. A qualidade da pesquisa científica estará em risco.*

Os porta-vozes do Brasil não desistem, insistem em manter o *status quo*, que tem no racismo o seu mais importante pilar de sustentação. O racismo está intimamente relacionado com a produção e a perpetuação da desigualdade e da pobreza, é determinante na formação dos extratos mais desfavorecidos das classes sociais e uma verdadeira barreira que os negros e as negras enfrentam cotidianamente; compromete qualquer projeto societário que se pretende democrático e, portanto, torna a declaração formal de que somos iguais, uma mera hipocrisia. O preconceito e a discriminação raciais, sobretudo de cor, ainda produzem constrangimentos, violências, barreiras e desigualdades raciais, e continuam determinando comportamentos e atitudes. Assim, omite-se oficialmente que muitas das inovações culturais, estéticas e técnicas foram produzidas desde matrizes e perspectivas africanas. Omite-se também que foi o trabalho de negros africanos e afrodescendentes, durante o escravismo e após a sua abolição formal, que construiu e significou diversas das nossas instituições, costumes e marcas culturais. Em grande medida, o que temos de elementos característicos da cultura brasileira advém de produções negras. Infelizmente, ao contrário dos discursos de alguns intelectuais que ainda sustentam o mito da democracia racial, a sociedade brasileira é, de fato, racializada.

Estudos do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA (CERQUEIRA; MOURA, 2013; JUNIOR; LIMA, 2013), mostram isso, ao apresentarem dados que afirmam que os negros são mais vulneráveis à violência, inclusive Estatal, principalmente através das ações das instituições de “segurança pública”. Nas chamadas “jornadas de junho”, que na verdade vão de junho a outubro de 2013 (CAVA, 2013), principalmente no Rio de Janeiro, a sociedade pôde ver e experimentar um pouco da truculência racista que ainda faz parte do *modus operandi* da polícia militar. O uso excessivo, durante as manifestações, de bombas de gás(lacrimogêneo e de “efeito moral”), spray de pimenta, balas de borracha, prisões com base em provas forjadas e testemunhos falsos mostraram para a sociedade em geral um pouco das práticas de desrespeito aos direitos por parte da corporação, que em territórios mais pobres, age, cotidianas, com muito mais violência.

Aqui cabe lembrar o que foi dito a jornalistas, em 23/10/2007, pelo secretário de segurança do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame: “tiro em Copacabana é uma coisa, um tiro na Coreia é outra” (Coreia é nome de uma favela situada no bairro de Senador Camará, periferia pobre e de maioria negra da cidade do Rio de Janeiro, quando Copacabana é um bairro de classe média abastada). Ou o que foi dito no telejornal RJ-TV 1ª Edição, em 18/06/2013, pelo ex-policial militar e consultor de segurança pública da Rede Globo, Rodrigo Pimentel: “fuzil deve ser utilizado em guerra, “em operações policiais em comunidades e favelas”, não é uma arma para se utilizar em área urbana” (grifo meu). Nessa mesma linha, estão também algumas ações e políticas em execução no Rio de Janeiro, sobretudo aquelas que favorecem os “megaeventos esportivos” de 2014 e 2016: o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), as remoções, as ações criminosas da polícia militar nas suas incursões em favelas, as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), a Resolução 013 da Secretaria Estadual de Segurança Pública (que concede à polícia a prerrogativa de proibir “eventos” em suas áreas de policiamento – leia-se bailes funk, nos quais a polícia já coloca em prática tal resolução, principalmente nas chamadas “comunidades pacificadas”). Os fatos recentes mais expressivos foram o assassinato de 10 pessoas na Favela da Maré em uma “operação” do Batalhão de Operações Especiais – BOPE (aquele cujo grito de guerra diz que missão dos seus agentes é “entrar pela favela e deixar corpos no chão”, embora a PM diga que trata de um canto proibido), a morte do pedreiro Amarildo de Souza, na Favela da Rocinha, por policiais da UPP e a prisão e condenação do morador de rua, negro, Rafael Braga Vieira, preso no dia 20 de junho de 2013 ao sair de uma loja abandonada no centro do Rio com uma garrafa de água sanitária, um Pinho Sol e uma vassoura. Todos negros e pobres. Tais fatos ganharam destaque, contudo são apenas algumas dentre muitas outras violações e crimes praticados quase que cotidianamente pela polícia militar, no Estado do Rio de Janeiro e em outras unidades da Federação.

Por outro lado, a experiência de negros e negras no Brasil é, também, de produção de alternativas e lutas contra o racismo e pela afirmação de valores e identidades negras. Expressivos movimentos sociais negros se constituíram ao longo da nossa história. Por movimentos sociais negros podemos entender o conjunto das lutas e atividades desenvolvidas inicialmente por escravizados e, a partir da abolição formal do escravismo, por ativistas, intelectuais e organizações políticas e culturais em prol da emancipação e da produção e concretização de direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais para negros e negras, e o conjunto de medidas para a superação de preconceitos, discriminações e intolerâncias ra-

ciais. Na história e na sociedade brasileira, foram e são dos negros e das negras, as lutas mais vigorosas por emancipação e, não por acaso, as lutas mais duramente reprimidas pelas elites escravagistas e beneficiárias do racismo. São essas lutas que produziram uma série de questionamentos, algumas conquistas e, nos últimos anos, colocaram em pauta propostas de políticas específicas para enfrentar o racismo, a discriminação e a desigualdade racial, as ditas Ações Afirmativas.

Considerando que, historicamente, as inovações democráticas nas relações sociais antes de serem técnicas são políticas, ou seja, produzidas pelos que lutam por emancipação, reconhecimento e humanidade, podemos dizer que as próprias lutas são ações afirmativas, práticas políticas e culturais de afirmação de identidade e direitos. Como políticas públicas e institucionais, as ações afirmativas efetivam-se através de intervenções nas instituições com o objetivo promover a diversidade e a igualdade. São políticas de reconhecimento de identidades, práticas culturais e suas dimensões produtivas, de recomposição social e racial das instituições e, pois, de constituição do Comum.

As ações afirmativas inserem-se numa perspectiva Ubuntu. Esse é o sentido das proposições feitas por ativistas do movimento social negro ao longo da história, algumas já institucionalizadas, como as Leis Federais 10.639/2003 (que instituiu a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afrobrasileira e africana e uma nova forma de conceber a Educação das Relações Étnico-Raciais), 12.288/2010 (que institui o Estatuto da Igualdade Racial) e 12.711/2012 (que institui cotas nas universidades e institutos federais de ensino técnico e tecnológico), e as cotas raciais em vigor em diversas universidades estaduais e em concursos públicos. Diferentemente do que afirmam os discursos meramente moralistas, alguns que mostram preocupação com a racialização da sociedade e outros que colocam as políticas de cotas em oposição à valorização da mestiçagem, as ações afirmativas para promoção da igualdade racial em vigor em algumas instituições, sobretudo as cotas para negros, não produziu conflitos raciais. Ao contrário, e apesar das resistências, o que observamos nas instituições que passaram a adotar essas políticas é o reconhecimento material da mestiçagem, uma diversificação não apenas racial, mas também de preocupações, olhares, projetos e produções, que aos poucos passam a considerar e respeitar as diversas formas de expressão de humanidade, questões e demandas, algo que o racismo impede que aconteça.

Porém, numa perspectiva Ubuntu, é preciso muito mais. A educação das relações étnico-raciais proposta pela Lei 10.639/2003 e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, por exemplo, ainda necessita de

uma política curricular e de formação de professores adequada. A escola, com a sua triste prática de homogeneização e reprodução de desigualdades, precisa ter acesso para se tornar lugar de movimentos, encontros, produção de singularidades, cooperações produtivas e trabalho vivo. Para democratizar a escola é preciso a criação de processos que visem modificar o imaginário pedagógico e o currículo, modelados com base em concepções eurocentristas que pretendem um ser humano universal e negam aquilo que, numa perspectiva Ubuntu, poderíamos ser: uma multiplicidade de singularidades em relação simétrica, respeitosa, produtiva, “sem degradação ou diminuição do ser nesse contato e nessa mistura” (GLISSANT, 2005).

É um desafio imenso, numa sociedade cujas instituições foram fundadas e erguidas sobre o racismo. Pois, do ponto de vista do movimento social negro, o projeto que está por trás das suas proposições de ações afirmativas é o do fim de violências e assimetrias raciais, é a produção de uma nova cultura e de novas relações raciais (não depreciativas de nenhum grupo étnico-racial e não racializada), condição fundamental para que um dia possamos chamar a sociedade brasileira e suas instituições de democráticas.

## Referências

ANDRADE, Oswald. *A utopia antropofágica*. São Paulo: Globo: Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

CERQUEIRA, Daniel R. C.; MOURA, Rodrigo Leandro. *Vidas perdidas e racismo no Brasil*. Nota Técnica / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, n.10. Brasília: IPEA, 2013.

JUNIOR, Almir de Oliveira; LIMA, Verônica Couto de Araújo. Segurança pública e racismo institucional. *Boletim de Análise Político-Institucional* / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, n. 4. Brasília: IPEA, 2013.

MARCA ZUMBI DOS PALMARES CONTRA O RACISMO, PELA CIDADANIA E PELA VIDA. Documento apresentado ao Presidente da República do Brasil. Brasília, 20/11/1995.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. *Parecer CNE/CP 3/2004*, de 10 março de 2004

NASCIMENTO, Alexandre do. *Do direito à universidade à universalização de direitos: o movimento dos cursos pré-vestibulares populares e as políticas de ação afirmativa*. Rio de Janeiro: Litteris, 2012.

NEGRI, Antonio. *Kairós, Alma Venus, Multitudo*: nove lições ensinadas a mim mesmo. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SISS, Ahyas. *Afro-brasileiros, cotas e ação afirmativa*: razões históricas. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.

GLISSANT, Edouard. *Introdução a uma poética da diversidade*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

*Textos da net*

NASCIMENTO, Abdias. Quilombismo. [www.abdias.com.br/movimento\\_negro/quilombismo.htm](http://www.abdias.com.br/movimento_negro/quilombismo.htm).

■..... **Alexandre do Nascimento** é professor da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro e Integrante da Rede Universidade Nômade – <http://www.alexandre-nascimento.net>